CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255-2044 - CEP: 01045-903
FAX N° 231-1518

PROCESSO CEE N°: 823/95 - Ap Proc. DRECAP-3 2.904/94
INTERESSADO: Colégio Montessori "Santa Terezinha"
ASSUNTO: Unificação de Unidades e convalidação de estudos
RELATORA: Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi
PARECER CEE N° 252/96 - CEPG - APROVADO EM 12-06-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A Escola Montessori Lubienka Santa Terezinha S/C Ltda., mantenedora do Colégio Montessori Santa Terezinha, 16^a DE, Capital, solicita a unificação da Unidade

II, localizada na Rua Farjalla Koraicho n° 51/85/101 e 139 e prédio contíguo, localizado na Rua Pinheirinho n° 143, com a Unidade III, localizada na Av. Eng° George Corbisier n° 273 e 283.

Na Unidade II, a Escola pretende manter de 2^a à 8^a série do 1º Grau e, na Unidade III, Educação Infantil e a 1^a série do 1º Grau.

Justifica a interessada, que:

a) a Unidade II está localizada em rua estreita, onde funciona o Hospital Nossa Senhora de Lourdes, com movimentação constante de ambulâncias e de carros dos pais dos alunos, congestionando o trânsito local e dificultando a ação das ambulâncias;

b) o prédio da Unidade III tem plenas condições de alojar os alunos dos Cursos de Educação Infantil e de 1º Grau;

c) a distância entre as duas Unidades é de 267 metros;

d) a unificação evitará o deslocamento das crianças que concluíram a pré-escola para outro prédio, além de facilitar os trabalhos administrativos e pedagógicos e agilizar os serviços de secretaria;

c) a unificação visa, também, à instalação de sala de multimídia e ampliação da biblioteca para os alunos de 1º grau.

Em 30-05-94, a Comissão de Supervisores, designada para analisar o pedido, manifestou-se favoravelmente, considerando que a solicitação visa a um aproveitamento racional das instalações, "bem como o atendimento técnico-administrativo dos cursos localizados nos diferentes prédios, de acordo com o Parecer CEE nº 115/82".

Em 27-06-94, a ora extinta DRECAP-3 propõe o encaminhamento dos autos ao CEE, "por se tratar de assunto que escapa a competência dos órgãos executivos da Administração Estadual", manifestando estranheza pelo fato de a Comissão de Supervisores ter informado que ocorreu a transferência de 7 (sete) classes do 1º grau, sem qualquer ato administrativo formalizando tal transferência.

Em 29-07-94, a COGSP, ao analisar os documentos dos autos, considerou que a Unidade III não estava autorizada a instalar o curso de 1º Grau e que o CEE só tem autorizado a unificação de prédios, quando todos os prédios possuem autorização específica.

Em 30-08-94, o Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação devolve os autos à DRECAP-3, considerando, principalmente, a ausência de explicações "sobre a opção pela 'unificação', instituto ou recurso extraordinário, em lugar de um simples pedido de 'autorização' do 1º grau na Unidade III, acompanhado ou não de pedido de 'extinção gradativa' do 1º grau na Unidade II".

Em 01-02-95, foi autorizado o funcionamento do curso de 1º Grau na Unidade III e aprovada a alteração regimental. Foi autorizado, também, o encerramento do Curso de Educação Infantil, na Unidade II.

Em 17-05-95, foi republicada a aprovação da alteração regimental, tendo em vista incorreções na Portaria de aprovação.

Em 23-06-95, foi juntada ao pedido inicial a solicitação de convalidação de estudos dos alunos da 1ª série do 1º grau, que freqüentaram a Unidade III, de 01-02-94 a 31-01-95, período anterior a competente autorização de funcionamento do curso de 1º Grau. A Unidade III estava, então, autorizada a manter apenas o curso de educação infantil, por Portaria da DRECAP-3, de 17-12-91.

Em 09-11-95, a COGSP propõe o encaminhamento dos autos ao CEE, considerando os pareceres favoráveis das autoridades preopinantes e análise da documentação.

1.2 APRECIÇÃO

A Lei nº 5.692/71 estabelece que o ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos.

No Parecer CEE 291/83, a Cons^a Amélia Americano Domingues de Castro afirma que "nenhum dispositivo torna ilegal a escola que não consegue, por si mesma, atingir as oito séries, convenientemente reunidas, no mesmo prédio. A Lei refere-se a soluções possíveis e mesmo menciona outras que venham a ser adotadas. Ilegal é impedir o aluno de estudar, é cortar-lhe a possibilidade de prosseguir estudos no primeiro grau..."

Embasado no princípio acima, este Colegiado aprovou, por exemplo, Convênio de Entrosagem entre escolas incompletas de 1º Grau (Deliberações CEE 05/89 e 05/93).

Por outro lado, o CEE autorizou a unificação de escolas, como nos Pareceres CEE nº 1.824/81, 1.053/82, 637/87 1.598/91, 1.483/92, 488/94 Estabeleceu, contudo, no Parecer CEE nº 115/82, "aspectos que condicionam seu fundamento nessas circunstâncias:

"a) a adequada localização dos cursos de acordo com o mais racional aproveitamento das instalações dos diferentes prédios;

"b) o conveniente atendimento, pela estrutura técnico-administrativa dos cursos localizados nos diferentes prédios".

No presente caso, de acordo com os documentos constantes nos autos, verifica-se que as exigências contidas no Parecer acima mencionado estão atendidas, conforme informação da Supervisão de Ensino.

Há que se ressaltar, porém, que a Unidade II não possui ainda o Auto de Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura, razão pela qual foi autorizada a funcionar em caráter provisório, nos termos da Deliberação CEE nº 06/91.

A Deliberação acima mencionada permitiu a autorização de funcionamento de escola, sem a apresentação da documentação exigida nas alíneas "c" e "d" do inciso III do artigo 5º da Deliberação CEE nº 26/86, por um prazo de dois anos. Tendo vencido esse prazo, este Colegiado aprovou a Deliberação CEE nº 03/95, que considera possível a autorização de funcionamento de escolas que apresentam apenas o protocolo de entrega da documentação junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, até manifestação conclusiva da Secretaria de Habilitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB).

Entende-se, portanto, estar resguardada a situação da escola, que apresenta protocolo da entrega de documentos junto à Prefeitura Municipal de São Paulo.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, nos termos deste Parecer:

2.1 autoriza-se a unificação da Unidade II do Colégio Montessori "Santa Terezinha", localizada na Rua Farjalla Koraicho nºs 51, 85, 101 e 139 e prédio contíguo, localizado na Rua Pinheirinho nº 143, com a Unidade III - do Colégio Montessori "Santa Terezinha", localizada na Av. Engº George Corbisier nºs 273 e 283;

2.2 convalidam-se os estudos realizados pelos alunos da Unidade III, constantes nas fls 84 a 112, da relação anexa ao pedido;

2.3 As autoridades da 16ª Delegacia de Ensino da Capital devem zelar para que a escola apresente o Auto de Localização e Funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, para autorização em caráter definitivo;

2.4 A Supervisão de Ensino, outrossim, deverá proceder ao acompanhamento, controle e avaliação do processo educacional que se realiza nas duas unidades ora unificadas, de modo a assegurar a integração vertical do curso de 1º grau na realização de seus objetivos finais.

São Paulo, 22 de maio de 1996

a) *Consª Marilena Rissutto Malvezzi*
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Francisco Antônio Poli, Francisco José Carbonari, Marilena Rissutto Malvezzi, Mário Ney Ribeiro Daher e Arthur Fonseca Filho (ad-hoc).

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 29 de maio de 1996

a) *Cons. Mário Ney Ribeiro Daher*
No exercício da Presidência nos termos
do Artigo 11 do RI do CEE

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de junho de 1996.

a) FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente